



## REDE CONTROLE DO ESTADO DO AMAZONAS

### ATA DA REUNIÃO

No dia 01 de abril de 2025, reuniram-se de forma presencial, na sede da Secretaria do TCU no Estado do Amazonas, os integrantes da REDE Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM), Paulo Henrique Castro G. de Arruda (TCU), Moisés Simões (CGU/AM), Lucia de Fatima R. Magalhães (CGE/AM), Mario Augusto Tukumi Sato (TCE/AM), João Barroso de Souza (MPC/AM) e Evelyn Freire de Carvalho (MPC/AM) para tratar das seguinte pautas: 1ª) Apresentação do MPC sobre a situação atual das controladorias no interior do Estado; 2ª) Apresentação do TCU - Força Tarefa de acompanhamento de obras paralisadas da Educação com participação cidadã; 3ª) assuntos gerais. A Reunião teve início às 14:45 e fim às 16:19, e nela foi debatido e decidido o que segue.

Aberta a reunião, o coordenador Edinaldo Medeiros iniciou sua fala dando as boas-vindas aos participantes e agradecendo a presença da Sra. Evelyn Freire de Carvalho (MPC/AM), responsável pela pauta referente à situação das controladorias nos municípios do interior do Estado. Em seguida, registrou agradecimento ao Sr. Henrique Castro G. de Arruda (TCU/AM) pela disponibilidade em sediar a reunião e por compartilhar a comemoração de seu aniversário ao final do encontro, com um coffee break. Com a palavra, a Sra. Evelyn Freire de Carvalho (MPC/AM) agradeceu o convite e manifestou interesse em contribuir com o trabalho da Rede. Iniciou sua apresentação destacando que a Secretaria de Controle Externo do Tribunal tem acesso às contas anuais, nas quais o controle interno é um dos itens obrigatórios de fiscalização. Informou que os dados em análise se referem ao exercício de 2023, uma vez que as contas de 2024 ainda em fase de exame pelo Tribunal. Acerca do ranqueamento, explicou que há duas frentes paralelas: enquanto as contas são analisadas pelo Tribunal, o MPC/AM realiza o ranqueamento do controle interno. Comunicou que, até o dia 15 de abril de 2025, os entes estaduais e municipais deverão preencher um questionário que servirá como base para o ranqueamento. Alertou que a principal dificuldade enfrentada é a baixa adesão ao preenchimento do questionário, prejudicando tanto o ranking quanto a prestação de contas anual. Enfatizou a importância de uma parceria entre a REDE e a Associação Amazonense de Municípios, a fim de promover o engajamento das prefeituras e câmaras no cumprimento dos dispositivos constitucionais. Em continuidade, destacou a quantidade de prefeituras que possuem controle interno instaurado (54), a quantidade de câmaras que possuem controle interno instaurado (59), se possuem Lei de instituição dessas controladorias, demonstrando que a maioria não possui Lei Municipal e que os quadros de servidores são constituídos, em sua maioria, por cargos comissionados, o que pode refletir a falta de autonomia no exercício das atividades desses servidores. Informou ainda, que o TCE possui uma Resolução que orienta acerca de um quadro mínimo de servidores concursados na composição das controladorias. Acerca disso, o coordenador Edinaldo Medeiros propôs que seja expedida ao poder executivo uma recomendação, assinada pelos órgãos membros da REDE, para que encaminhem proposição às respectivas câmaras para criação da Lei necessária à instituição das controladorias

no âmbito dos municípios, com prazo para cumprimento, com envio também aos promotores de justiça para que instaurem procedimento de acompanhamento e iniciem ação civil pública em caso de descumprimento. Em contribuição, o Sr. Mario Augusto Tukumi Sato (TCE/AM) informou que, em outubro de 2025, a Escola de Contas promoverá uma semana de capacitação voltada aos gestores do interior, incluindo um dia específico para formação sobre controle interno. A Sra. Lúcia de Fátima (CGE/AM) também trouxe informações sobre capacitações previstas. Nos dias 5, 6 e 7 de maio, haverá um curso voltado a servidores do controle interno dos municípios do interior. Já em junho, será realizada uma formação para servidores da capital, com envolvimento da CGM, CGE e demais órgãos do Executivo. Comunicou ainda que, em outubro, a CGE/AM promoverá um curso no município de Itacoatiara com foco no controle interno. Retomando a palavra, a Sra. Evelyn Freire (MPC/AM) abordou o ranking de transparência do MPC/AM, cujas informações são extraídas do site Radar da Transparência, mantido pela ATRICON. Os dados são preenchidos pelos próprios entes e utilizados para o ranqueamento, que permite identificar o cumprimento dos critérios de transparência. Encerrada a primeira pauta, deu-se início à segunda, conduzida pelo Sr. Paulo Henrique (TCU/AM), sobre a força-tarefa de acompanhamento de obras paralisadas na educação, com foco na participação cidadã. Explicou que uma das diretrizes do TCU para o ano é o fortalecimento da cidadania ativa por meio do controle social. E uma das primeiras oportunidades de fazer essa atuação mais ativa será nessa questão das obras paralisadas da educação básica, através do Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde que tem como objetivo fornecer aos entes federativos melhores condições para a conclusão das obras paralisadas ou inacabadas. O FNDE mapeou 3.784 obras de infraestrutura paralisadas na área da educação. Embora o pacto contemple também a área da saúde, o foco inicial será a educação. Na primeira fase do projeto, o FNDE instaurou um processo para conhecer e acompanhar as regras do pacto, posteriormente editando uma resolução para normatizar os repasses. A segunda fase consiste em uma parceria com o Observatório Social do Brasil – uma ONG voltada ao controle social –, com a missão de coletar dados sobre a execução das obras, por meio de voluntários espalhados por todo o país. É nesse ponto que entra a participação cidadã: o TCU criou o aplicativo União Cidadã para a coleta de informações, e, em parceria com o Observatório Social do Brasil, desenvolveu um curso para capacitar os voluntários sobre os objetivos do programa e o uso do aplicativo. A função dos voluntários será acompanhar as obras e alimentar o aplicativo com informações e fotografias, a partir de visitas mensais, sob a supervisão de um tutor do Observatório Social. Por fim, o Sr. Paulo Henrique (TCU/AM) solicitou o apoio dos integrantes da REDE na divulgação do chamamento de voluntários, por meio dos portais institucionais dos órgãos participantes. Finalizada a pauta, os membros presentes se comprometeram a colaborar com a divulgação. Definiu-se que a próxima reunião da REDE será realizada no dia 06 de maio de 2025, de forma virtual. Não havendo mais assuntos a tratar, encerrou-se a reunião às 16h19.

Manaus, 01 de abril de 2025.